



## Para além do humano: uma perspectiva Queer

*Vitor França Netto Chiodi  
e Sofia Gonçalves Repolês*

Esse artigo foi escrito originalmente quando autora e autor eram graduandos em Ciências Sociais na UFMG, do terceiro ano, e traz em si algumas marcas importantes desse lugar de fala. Trata-se de esforço de recuperar alguns conceitos feministas das três ondas para historicizar o questionamento que fazemos à figura que protagoniza as narrativas da história da moderni-

dade. A brevidade e o objetivo inicial de sua exposição oral nos Encontros Graduados devem ser levados em consideração para compreender nossa proposta enquanto recurso narrativo: uma passagem panorâmica por conceitos feministas que através da história nos ajudaram a construir a perspectiva que defendemos como Queer nesse artigo.

## I. Sobre o porquê de abandonar o personagem Homem moderno como protagonista de nossas saberes

Não é contemporânea como se poderia supor a crítica à desigualdade de gênero. Mary Wollstonecraft talvez tenha sido a feminista de maior reconhecimento no iluminismo, ainda que como filósofa em detrimento de como pensadora feminista. Podemos supor que esse reconhecimento adveio do interesse de filósofos homens da época em seu trabalho (RAUSCHENBUSCH-CLOUGH, 2007). E não se trata de uma revisão histórica recente, a julgar que o livro de Raushenbusch-Clough foi publicado em 1898. Apesar de compartilhar da tradição racionalista dos iluministas, Wollstonecraft empreendeu um dos primeiros esforços sistemáticos em mostrar que a igualdade pela qual clamavam filósofos como Rousseau não incluía as mulheres. Wollstonecraft postulou pela superioridade da razão, mas exatamente como seus contemporâneos, porque dizia serem as mulheres também seres de razão. E foi além. Questionou sistematicamente as verdades sobre as mulheres, por exemplo, ao reconhecer com

ressalvas que a força física superior dos homens era em grande parte dada pelos hábitos sociais. Com ressalvas porque, nas suas próprias palavras, essa diferença de força era dada a priori pela lei da natureza. Porém,

She claimed that by their mode of dress, the nature of their employment, the rules of etiquette and by their whole education women have been rendered artificial beings, who are not even in possession of that smaller share of physical strength, which nature has allotted to them. If women would but lead rational lives, they would have sufficient strength to engage in various activities, to support themselves and thus to enjoy a life of usefulness and independence. (RAUSCHENBUSCH-CLOUGH, 2007, p. 108-109).

Desse modo não deixa de ser notável que embora essas questões já estavam em debate no século XIX, elas permaneceram invisibilizadas durante boa parte do século XX na produção do conhecimento, e, de algum modo, ainda permanecem. O pensamento moderno, que colocou opostos complementares em jogo, relacionando cultura

x natureza, forte x fraco, razão e emoção a respectivamente homem x mulher, foi por muito tempo dominante na produção acadêmica. Talvez, não por acaso, permaneceu durante boa parte do século XX o pensamento de Wollstonecraft enquanto filosofia racionalista em detrimento dos vários rompimentos que a autora promoveu com relação à corrente de pensamento que lhe é atribuída. O problema que Bordo (2000) discorre ao demonstrar que o lugar da crítica feminista costuma ser o lugar do complemento, onde os filósofos homens se deparam por instantes para em seguida voltar às filosofias gerais, em que o feminismo é uma dentre muitas temáticas. A partir dessa pequena reflexão, tomamos base para chegar aos questionamentos de Simone Beauvoir aos lugares do homem e da mulher.

(...) Na verdade, a relação entre os dois sexos não se parece muito com aquela entre dois pólos elétricos, porque o homem representa tanto o positivo quanto o neutro, como aparece no uso comum de homem para designar seres humanos de modo geral, enquanto a mulher representa só o negativo, definida por critérios de limitação, sem reci-

procidade. (...) Há um tipo humano absoluto, o masculino. A mulher tem ovários, útero; essas peculiaridades a aprisionam em sua subjetividade, circunscrevem-na nos limites de sua própria natureza. (BEAUVOIR apud BORDO, 2000, p. 10).

Beauvoir, na citação de seu “O segundo sexo”, estabelece de modo muito claro como o pressuposto moderno que opõe homem x mulher e seus correspondentes favorecem o *status quo* em que impera uma dominação dos homens. Além disso, o trecho nos mostra um pensamento essencial para a construção desse trabalho. O homem, positivo e neutro, é a figura central que significa o *humano moderno*. A mulher não é o sujeito porque é sempre o Outro (BORDO, 2000). Na construção feita do sujeito pelas escolhas numa realidade cultural e histórica localizada, somente um dos sexos é reconhecido como sujeito, sendo o *segundo sexo* um objeto do sujeito. Portanto, na ordem das coisas, enquanto a história do ocidente, não por acaso a “história do Homem”, é assumida pela história do sujeito, o Outro, quando presente, tem o papel coadjuvante. Ou seja, as experiências

do Outro são excluídas da história, porque o Outro só existe na perspectiva do sujeito.

Dentro dessas tradições, o self, “o homem”, o autor, a subjetividade tomaram formas muito específicas, às custas das experiências excluídas. Essas formas podem de fato agora estar assentadas sobre um terreno menos elevado e mais acidentado do que o anterior. Entretanto, outras formas de ser e saber foram viabilizadas e continuam disponíveis, esperando para serem trazidas da região do Outro e se unirem a elas nos terrenos centrais de nossa cultura. (BORDO, 2000, p. 28)

Judith Butler (1986) tem uma postura crítica quanto ao posicionamento de Beauvoir. Não no sentido de romper em absoluto com a filósofa francesa. Butler reconhece a importância teórica de Beauvoir em muitos aspectos, e certamente a exclusão de muitas experiências da história oficial do Ocidente é um ponto comum entre elas. Porém, segundo Butler, permanece no texto de Beauvoir a divisão de corpo e mente cartesiana e o essencialismo da relação entre sexo e gênero. Para Butler (1990),

não somente o gênero é uma construção como o sexo também. As performances de gêneros normativas, a saber, homem masculino e mulher feminina, são atribuídas aos corpos e construídas de tal forma que elas ganham o *status* de verdade biológica. Nesse sentido, Beauvoir rompe com parte do contrato social heteronormativo ao anunciar o caráter construído do gênero, embora esteja pensando apenas na mulher cis-sexual. Butler aprofunda a crítica para nos fazer perceber que os afetados pela heteronormatividade incluem as mulheres, mas vão além. Desse modo, sexo, sexualidades, gêneros, transexualidades, classes, raças – entre outras características relevantes à invisibilidade de determinados corpos – se tornam categorias em constantes e intermináveis interseções, mostrando que a exclusão da história e o conhecimento moderno são consideravelmente maiores. O Outro que não foi sujeito na modernidade, na verdade, são muitos, de modo que a história da modernidade é a história não só do homem, mas do homem branco, europeu, heterossexual. Todas as formulações que escampam a essa classificação fictícia do homem moderno não puderam ser su-

jeitos da história moderna.

Pretendemos, a seguir, indicar com mais afinco como opera essa diversidade a que referimos e de que modo uma história da diversidade poderia trazer mudanças na produção do conhecimento, este que é plural e capaz de modificar e ser modificado pelas reflexões sociais várias. Em suma, nos termos de Donna Haraway, como pode contribuir a crítica feminista, que incorpora as outras exclusões para além da situação da mulher, para saberes localizados.

### **Multidões inclusas na construção de saberes localizados**

Questionar sobre o que nos faz seres humanos, quais as normas e os requisitos que cumprimos para gozarmos deste *status*, é, simultaneamente, perguntar o que faz com que alguns de nós não sejam tão humanos assim. É perguntar sobre as formas de vida que são menos legítimas ou até mesmo ilegítimas dentro da inteligibilidade de nossa ontologia, ontologia esta sexogenericamente normatizada. Conforme nos indica Butler (2006),

Los términos que nos permiten ser reconocidos como humanos son articulados socialmente y son variables. Y, en ocasiones, los mismos términos que confieren la cualidad de “humano” a ciertos individuos son aquellos que privan a otros de la posibilidad de conseguir dicho estatus, produciendo así un diferencial entre lo humano y lo menos que humano. (p.14)

Em *Deshacer el género* (2006), Butler se propõe a tratar do problema dos princípios de inteligibilidade que humanizam e des-humanizam a partir da perspectiva e análise dos sistemas de gênero e sexualidade normativos, apontando de que mecanismos se valem essas normas para circunscrever os limites do “humano”. Por meio da matriz que estabelece relações compulsórias entre sexo, gênero e desejo, e assim sustenta a ordem heteronormativa, se delimitam as condições de humano (aqueles que se adequam à lógica da matriz) e menos humano (aos que transgridem a norma através de vivências e práticas dissidentes), o que, portanto, cria corpos, práticas e vidas ininteligíveis dentro de tais parâmetros.

As normas de gênero, operando simultaneamente com outros marcadores tais como os de raça e classe, constroem os parâmetros daquilo que se compreende como um sujeito legítimo e plenamente humano. Entretanto, a norma não atua somente desta forma, como fundamentos de inteligibilidade, mas também de maneira prescritiva, produtiva e corretiva. Esta tríade funcional opera através da noção de um ideal regulador que classifica corpos e sujeitos em uma gradação hierárquica, que vai desde o mais/plenamente humano ao menos/não-humano.

A título de exemplo de como tais mecanismos nos regulam cotidianamente, retomamos a análise de Beatriz Preciado em *Basura y género. Mear, cagar – Masculino/Feminino* (2006) acerca do caráter (re) produtivo da divisão dos banheiros segundo a normatividade de gênero, no qual nos mostra como somos obrigados a assumir um determinado gênero até para satisfazer às necessidades fisiológicas básicas de nossos organismos. O que nos ajuda a enxergar mecanismos que tornam certas vidas e corpos menos legítimos e menos visíveis, como, neste caso, os corpos e sujeitos tran-

sexuais. Temos então um cenário onde sujeitos e experiências que não se adequam às coerências estabelecidas pela ordem da matriz heterossexual são compreendidos como menos legítimos, menos dignos da condição de humano e, portanto, são tidos como menos relevantes que aqueles corpos disciplinados e normatizados. Sendo assim, compreendemos que uma concepção de “humano” que opera nesses termos relega múltiplas à ininteligibilidade e invisibilidade.

Este ideal de coerência (entre sexo-gênero-desejo-práticas sexuais) estabelece um princípio de inteligibilidade que opera como um princípio de classificação (entre homens e mulheres, mas também entre homens e mulheres mais ou menos “reais”, “legítimos”, “normais”, ou mesmo seres ir-reais e ininteligíveis) e correção (mais ou menos adequadas, mais ou menos adaptadas). Nota-se também que o ideal de consistência da matriz heterossexual gera, inevitavelmente, um domínio de inconsistência e descontinuidade que será o lócus de certa ininteligibilidade e ilegitimidade. Quando o sexo deixa de ser entendido em termos de substância, e passa a ser compreendido como agente regulador, ele não

pode ser interpretado como a causa de nossa sexualidade, nossas práticas e identificações. E isso, explica Butler, não tira a sua realidade ou sua eficácia, entretanto, releva seu caráter artificial. A autora defende, por fim, que não há expressões de gênero originais, pré-discursivas, e assim mais verdadeiras ou legítimas que outras; desarticulando, desse modo, a hierarquização dos modos de vida.

Em *Problemas de Gênero* (2010), Butler questiona a heteronormatividade e o gênero binariamente sistematizado com o intuito de expandir o campo ontológico da legitimidade dos sujeitos e suas práticas. Para tanto, constrói uma crítica às identidades e posições essencialistas, posto que nelas se identificam a reprodução e a manutenção do binarismo de sexo e gênero que alicerçam a heteronormatividade compulsória. A autora toma a categoria “mulher” (tida por algumas correntes do movimento e da teoria feminista como sujeito único deles) e nos revela que a noção de que tal categoria constitui a representação de um sujeito com existência prévia à sua classificação e às manifestações políticas que visam representá-la e, portanto, mas-

caram e sufocam toda uma diversidade de experiências e de sujeitos baixo uma noção essencialista do “ser mulher”. Em outras palavras, aquilo que aparentava ser uma categoria descritiva é, na verdade, prescritiva e coersitiva.

É notável que entre Butler e Preciado há uma notável diferença no que diz respeito à materialidade dos corpos. Preciado assume uma perspectiva mais contemporânea, no sentido de adotar uma postura crítica a um corpo excessivamente construído, em que o lugar da materialização é sempre *aposteriori* das construções sociais. Esta parece ser a proposta de Butler. Para Preciado, contudo, não há precedência ontológica entre as modificações materiais do corpo e a diferença socialmente construída, de modo que a modificação do corpo, tal como ciborgue de Donna Haraway, se torna ferramenta política fundamental.

A partir da noção wittiguiana de heterossexualidade como um regime político que gere corpos e práticas em busca de produzi-los de acordo com a heteronorma, Preciado (2011) sugere a compreensão desses “corpos e as identidades dos anormais como potências políticas, e não simples-



mente como efeitos dos discursos sobre o sexo” (p. 12). Deste modo, a autora faz uma chamada para uma política dos anormais. Mais que explicitar que se trata de uma política que emerge daqueles sujeitos que não se enquadram nos padrões estabelecidos como normais, o termo significa também uma política de uma postura antinormativa. Diferente do que se poderia pensar, contudo, essa anormalidade não pressupõe uma política identitária e ontológica, mas, pelo contrário, se pretende aglutinadora de identidades e particulares variadas no espectro do anormal.

Para a autora, o gênero consiste em normas sexo-políticas que, instrumentalizadas em diversas instituições tais como a família e a medicina, visam regular e normatizar vidas e corpos, mas que, entretanto, serão reapropriados pelos sujeitos dissidentes, os “anormais” (PRECIADO, 2011). A partir destas apropriações feitas pelas ditas minorias sexuais, criam-se novas inteligibilidades diversas que empoderam e aglutinam estas minorias, convertendo-as em multidões, como nos sugere a autora:

O corpo não é um dado passivo sobre o

qual age o biopoder, mas antes a potência mesma que torna possível a incorporação próstética dos gêneros. A sexopolítica torna-se não somente um lugar de poder, mas, sobretudo, o espaço de uma criação na qual se sucedem e se justapõem os movimentos feministas, homossexuais, transexuais, intersexuais, transgêneros, chicanas, pós-coloniais (...) As minorias sexuais tornam-se multidões. O monstro sexual que tem por nome multidão torna-se queer. (PRECIADO, 2011, p. 14)

Esta multidão, formada por vidas e corpos diversos que agem sobre si, desterritorializando-se da heteronormatividade, rompe com a ontologia sexo-política imposta como padrão de normalidade. Nota-se, então, que não há uma base natural que sustente a formulação de projetos políticos, de modo que as políticas identitárias formuladas a partir de uma união essencial e biológica de indivíduos se torna obsoleta e inadequada para os propósitos políticos. Esse ponto em específico nos remete à ideia de afinidade em Donna Haraway, sobre a qual nos deteremos posteriormente.

Segundo Preciado, a partir dessas

práticas e articulações, essas multidões abjetas constituem focos de resistência e subversão da noção de “humano” que se propõe enquanto universal, mas que, entretanto, contempla somente a parcela branca, masculina, rica e heterossexual da humanidade. Deste modo reivindicam e agem de modo a expandir esta categoria, englobando sujeitos “anormais” em sua “anormalidade”, e não através de uma tentativa de conversão destes aos padrões de normalidade já estabelecidos. Para Preciado,

(...) é a história dessa criação das condições de um exercício total de enunciação, a história de uma inversão da força performativa dos discursos e de uma reapropriação das tecnologias sexopolíticas de produção dos corpos dos “anormais”. A tomada da palavra pelas minorias queer é um advento não tanto pós-moderno como pós-humano: uma transformação na produção, na circulação dos discursos nas instituições modernas (da escola à família, passando pelo cinema ou pela arte) e uma mutação dos corpos (2011, p. 17).

As críticas de Butler e Preciado ilustram de modo enfático como identificar as



mulheres enquanto Outro do conhecimento moderno não é suficiente para uma política e para a construção de um saber contemporâneo. Preciado, contudo, oferece uma direção mais consistente para que parâmetros da luta política sejam estabelecidos. À parte das diferenças entre as autoras, há um princípio comum, que entendemos ser um princípio Queer, que questiona a construção de saberes moderna, sustentada num ideal heteronormativo.

A construção do saber, tal como Khun demonstrou de forma clara, perpassa pelas construções e práticas sociais, sendo a própria produção do conhecimento uma prática social. (KELLER, 1985). Keller (1985) reconhece que o conhecimento é produzido sob uma lógica moderna, que divide os saberes enquanto poder e prática social no binômio homem e mulher. “The consequences of such a division is not simply the exclusion of women from the practice of science. That exclusion itself is a symptom of a wider and deeper rift between feminine and masculine, subjective and objective, indeed between love and power.” (KELLER, 1985, p. 7). Tal como mostramos, apoiados por Butler e Preciado, esse lugar

do Outro é maior e habitado por multidões que incluem as mulheres, mas não se limitam a elas. Keller mostra que a ideologia da masculinidade, que aqui assumimos por heteronormatividade, é irmã da ideologia da objetividade científica, equipada no binômio *hard x soft*, objetividade x subjetividade.

Isso demonstra que mais que refletir uma determinada cultura, o conhecimento científico enquanto poder, e dono do conhecimento com efeito de verdade, reproduz e modifica seu local de produção. Considerando que há nesse conhecimento naturalizações que invisibilizam multidões e suas experiências, ao ser reproduzido, ele reafirma essa invisibilidade. Desse modo, para além da crítica, propomos que incluir as experiências das multidões na produção do conhecimento pode fazer desse conhecimento mais diverso, legítimo e agente do combate à invisibilidade e exclusão de pessoas e grupos na sociedade.

Contudo, como demonstra Haraway (1995), não basta somente questionar os cânones científicos e a construção do saber científico. É necessária a criação de uma nova ciência, mais abrangente, crítica

e superior à vigente, capaz de questionar as opressões e hierarquias. O que a autora chama de “saberes localizados” seria o ponto ideal a se buscar para uma ciência crítica. De modo reducionista, podemos atribuir a esse conceito de Haraway a ideia de que o contrucionismo do conhecimento, isto é, assumir o conhecimento por meramente construído, é irresponsável porque não resolve o problema da suposta neutralidade da ciência. Não se pode abrir mão da objetividade, mas não há de se fazer uma escolha entre objetividade e subjetividade. Pelo contrário, Haraway identifica que todo conhecimento produzido perpassa essas duas esferas em conjunto, ao mesmo tempo, o tempo todo. Nesse sentido, produzir saberes localizados é ter responsabilidade sobre o conhecimento produzido, na medida em que localizamos seu local de produção, seu autor, seus objetos em um contexto complexo, que inclui a objetividade e a materialidade das coisas.

Donna Haraway (2009) promove um híbrido de mente e corpo caracterizado na figura do ciborgue que pode nos ser bastante útil como figura que propõe saberes localizados. O ciborgue é o híbrido que re-

pensa as categorias dualistas cartesianas. Os postulados da autora sobre o mito político do ciborgue nos ajudam a entender a questão. Em seu forte e denso texto, hoje já clássico, “Manifesto Ciborgue”, ela propõe um *mito político* que seja capaz de nos oferecer respostas às necessidades colocadas pelo mundo atual e também modificadas por nós. “Um ciborgue é um organismo cibernético, um híbrido de máquina e organismo, uma criatura de realidade social e também uma criatura de ficção” (HARAWAY, 2009, p. 36).

Ele é a figura que traduz a condição que a nossa estreita relação com a tecnologia trouxe. Ele seria capaz de mostrar que em nosso mundo hoje já não conseguimos sustentar as dualidades modernas sustentadas no modelo natureza x cultura. É esse mito que nos permite questionar as categorias que consideramos essenciais, baseadas no que chamamos de natural, ao apontar que é tola a fixação por dualidades, quando vivemos num mundo de interações infindas. Não podemos mais dizer, se é que pudemos um dia, onde começa a natureza e onde termina a cultura. Elas se embaraçam de tal forma que não existe

nada além do híbrido. Não há corpo que não seja mente e mente que não seja corpo também (HARAWAY, 2009). O corpo expõe o híbrido irrefutável do fluxo eterno de informações. Não existe tecnologia e biologia e sim um fluxo complexo de informações que é ambos ao mesmo tempo. Por fim, somos ciborgues, porque não podemos mais apontar onde terminam as máquinas e começam os humanos e vice-versa. (HARAWAY, 2009)

Estamos falando nesse caso, de formas inteiramente novas de subjetividade. Estamos falando seriamente de mundos em mutação que nunca existiram, antes, neste planeta. E não se trata simplesmente de ideias. Trata-se de uma nova carne. (KUNZRU, 2009)

Ou como expõe Tadeu (2009):

O ciborgue nos força a pensar não em termos de “sujeitos”, de mônadas, de átomos ou indivíduos, mas em termos de fluxos e intensidades, tal como sugerido, aliás, por uma ontologia deleuziana. (...) Primários são os fluxos e as intensidades, relativamente aos quais os indivíduos e os sujeitos são se-

cundários, subsidiários. (TADEU, 2009, p. 14)

Portanto, não se trata de transformar a mulher, ou outros atores, em sujeitos opostos a Outros, mas sim abandonar a noção de sujeito que se opõe a Outro para abraçar as possibilidades do ciborgue. A noção de ciborgue enquanto mito político tem uma crítica afim com autoras como Butler e Preciado, mas, do modo como vemos, compreende um esforço mais sistemático sobre como agir para que a produção do conhecimento seja a produção de saberes localizados, isto é, para que o lugar do conhecimento seja o lugar da diversidade e um lugar da promoção da diversidade. De algum modo, esperar por uma “nova ciência” pode parecer ingênuo ou otimista demais. Contudo, não se trata de abandonar o conhecimento tal como ele é hoje e substituí-lo por uma nova forma de conhecer. Trata-se de agregar experiências da diversidade, das multidões, à produção do conhecimento. Essa atitude por si só é uma espécie de catalisador das mudanças, tanto no conhecimento como na realidade social – a julgar pela capacidade já exposta da produção de saberes em modificar o mun-

do em que está inserida.

### **Esboço de uma conclusão**

Esse trabalho é parte de um primeiro esforço de pesquisa para reflexão sobre nosso próprio trajeto na academia, como críticos e como produtores de saberes. É um levantamento bibliográfico básico para que possamos dar continuidade ao projeto político que vislumbra a possibilidade de uma postura Queer na Universidade. Nesse sentido, trata-se de um passo que pretende fortalecer reflexões e críticas iniciais, para quem sabe pensar em métodos eficazes de incluir a diversidade nos diferentes saberes que são produzidos dentro e fora da Universidade.

O que tentamos fazer foi apresentar uma narrativa na qual apresentamos de modo panorâmico nosso contato acadêmico e político com as três ondas do feminismo, que invariavelmente sustentam nosso posicionamento aqui classificado como Queer. Pretendemos com isso demonstrar, guardadas as ressalvas e limitações que condicionam esse trabalho especificamen-

te, que a luta feminista pode e deve também ser feita na produção acadêmica, ainda que seja por alunos de graduação que estão apenas iniciando esse debate.

Esperamos que esse breve texto possa exercer a função a que ele se propõe: despertar reflexões sobre o lugar da diversidade na produção de saberes. No limite, é essa a nossa intenção: um primeiro esforço para despertar no potencial leitor a necessidade de trazer a luta para a academia e não deixar que o esforço acadêmico cesse a luta. O lugar elitizado da produção acadêmica nos dá espaço para questionamentos fundamentais, e é a esse ponto que chamamos atenção. Esse espaço privilegiado que é a universidade para produzir narrativas de verdade é também arma potencial para luta política. Como esperamos ter deixado claro, a produção de conhecimento se inter-relaciona com seu contexto histórico, cultural e político, e, pensada dessa forma, podemos a curtos passos apostar em curtas transformações que tornem o conhecimento um pouco mais diverso, um pouco mais combativo.

## Referências

BORDO, Susan. A feminista com o Outro. **Estudos feministas**, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1/2000.

BUTLER, Judith. Sex and Gender in Beauvoir's Second Sex. **Yale French Studies Simone de Beauvoir: Witness to a Century**, n. 72, 1986.

\_\_\_\_\_. **Deshacer el género**. Trad. P. Soley Beltrán. Barcelona: Paidós, 2006.

\_\_\_\_\_. **Problemas de Gênero** – Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

HARAWAY, Donna. Manifesto Ciborgue. In: **Antropologia do ciborgue**, Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

\_\_\_\_\_. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo. **Cadernos Pagu**, n. 5, 1995.

KELLER, Evelyn Fox. **Reflections on gender and science**. Yale University Press, 1985.

PRECIADO, Beatriz. Basura género. Mear/cagar. Masculino/Femenino, **Disidencia Sexual**, 2006. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/30525398/Basura-y-Genero-MearCagar-y-MasculinoFemenino>>.

\_\_\_\_\_. Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”. **Revista de Estudos Feministas**, v. 19, n. 1, p. 11-20, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>.

\_\_\_\_\_. **Manifesto Contra-sexual**. Barcelona: Anagrama, 2011.

RAUSCHENBUSCH-CLOUGH, Emma. [1898] A study of Mary Wollstonecraft and the rights of Women. **Paternoster Row**, London, New York and Bombay. Versão digital por The Internet Archive, 2007.

TADEU, Tomaz. Nós, ciborgues – o corpo elétrico e a dissolução do humano. In: **Antropologia do Ciborgue**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.